



TRTs devem indicar membros da Justiça do Trabalho para compor o CNJ

Os Tribunais Regionais do Trabalho devem indicar os nomes que poderão representar a Justiça do Trabalho no Conselho Nacional de Justiça. Na sessão administrativa desta segunda-feira (21/3), o Tribunal Superior do Trabalho definiu prazo de 28 de março a 18 de abril para o envio dos nomes de indicados. As indicações serão feitas eletronicamente, por meio do site do TST, a partir da próxima segunda-feira.

Dos 15 membros que compõem o CNJ, um é ministro do TST, um é desembargador do TRT e um é juiz de primeiro grau. O mandato dos atuais conselheiros — o ministro Ives Gandra Martins Filho, o desembargador Nelson Tomaz Braga, do TRT da 1ª Região, e a juíza Morgana de Almeida Richa, da 15ª Vara do Trabalho da Curitiba — expira em julho.

O presidente do TST, ministro João Oreste Dalazen, propôs a expedição de ofícios aos TRTs e às associações de magistrados do trabalho para que os interessados possam se inscrever. "Há uma série de providências que antecedem a nomeação propriamente dita do candidato e, por isso, é necessário desencadear esse procedimento preparatório com certa antecedência", explicou o ministro. *Com informações da Assessoria de Imprensa do TST.*

Date Created

22/03/2011